

## Ministra Maria do Rosário reconhece problema dos intoxicados da Funasa como questão humanitária



A Condsef e seus sindicatos filiados da região Amazônica, acompanhados da deputada federal Perpétua Almeida e do senador Petecão, ambos do Acre, foram recebidos nesta terça-feira pela ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário. O encontro abordou a situação de trabalhadores da Funasa que desenvolveram graves problemas de saúde no manuseio de inseticidas usados no combate a endemias. **(Página 3)**

Condsef entrega à Conab proposta de ACT aprovada por trabalhadores em plenária nacional



No último dia 22, a Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) entregou ao presidente da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), Evangeldo Moreira, proposta do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2011/2012 [foto]. A proposta foi aprovada na plenária nacional da categoria realizada no último dia 15 com participação de representantes de 20 estados e o Distrito Federal.

**(Página 2)**

Ministro da AGU convoca Condsef para falar de correção em problema com gratificação

**(Página 3)**

Antes de apresentar proposta de política salarial, Planejamento diz que vai analisar distorções no setor público

O Ministério do Planejamento não apresentou proposta de política salarial para a administração pública na reunião do último dia 06 com representantes de mais de 30 entidades nacionais, entre elas a Condsef (foto). No lugar, o secretário de Relações do Trabalho, Duvanier Ferreira, informou que antes de falar sobre uma política com reajuste linear, o governo precisa fazer um balanço do que já foi concedido em termos de reajuste entre 2008 e 2010 a diversas categorias. A partir dessa análise, o governo poderia avaliar melhor o que propor para os trabalhadores do setor público. **(Página 4)**



Relatório da Reunião do Conselho Deliberativo de Entidades – CDE.

**(Página 4)**

Entidades sindicais combatem projeto que propõe previdência complementar para servidor público

**(Página 4)**

Planejamento apresenta previsão orçamentária para investimento público e prioridades do governo nesta sexta



A Condsef esteve no Ministério do Planejamento nesta terça-feira para uma série de reuniões. Em meio aos debates que dão seqüência às negociações em curso, a entidade buscou informações sobre

quando o governo vai finalmente apresentar propostas formais para que os trabalhadores possam conhecer e tomar decisões a partir de dados concretos.

**(Página 3)**

**Demonstração do Resultado SIND. DOS SERV. PÚBLICOS FEDERAIS DE MT**  
Período: 31/05/2011

**(Página 2)**

# Condsef entrega à Conab proposta de ACT aprovada por trabalhadores em plenária nacional

No último dia 22, a Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) entregou ao presidente da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), Evangevaldo Moreira, proposta do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2011/2012 [foto]. A proposta foi aprovada na plenária nacional da categoria realizada no último dia 15 com participação de representantes de 20 estados e o Distrito Federal. Na mesma atividade os trabalhadores da Conab reafirmaram por unanimidade os Sindicatos Gerais e a Condsef como seus legítimos represen-



tantes nas negociações junto à Conab. A proposta entregue à companhia é fruto de uma ampla discussão com trabalhado-

res em assembléias e refilete as demandas da maioria absoluta dos trabalhadores.

A proposta foi proto-

colada na Conab dentro das exigências da lei que prevê entrega com antecedência de 60 dias da data base dos trabalhado-

res que é 1º de setembro. A Condsef informou que os trabalhadores estão prontos para iniciar o quanto antes as negociações deste ACT. A entidade conta com dois representantes na comissão de negociação do acordo. Na reunião, o presidente da Conab solicitou ajuda da categoria para cumprir sua missão a frente da Conab.

Processo exige unidade – A Condsef orienta suas filiadas e todos os trabalhadores a manter a mobilização e reforçar a unidade, fundamentais ao longo de todo o processo negocial. Na próxima terça-feira, 28, representantes da categoria de diversos estados devem parti-

cipar de assembléia que propõe a criação de um sindicato (Sintabas). O objetivo é impedir que um sindicato que contraria a posição da maioria dos trabalhadores seja criado e ajude a gerar divisão da categoria.

O processo para aprovação do ACT exige unidade que deve ser fortalecida em torno dos sindicatos gerais e Condsef que mais uma vez tiveram reafirmada sua representatividade junto aos trabalhadores da Conab.

A categoria deve permanecer atenta. Todas as informações de interesse do setor vão continuar sendo divulgadas aqui em nossa página.

## Demonstração do Resultado SIND. DOS SERV. PÚBLICOS FEDERAIS DE MT

33.710.088/0001-94  
Período: 31/05/2011

### Receitas Brutas de vendas e/ou serviços

RECEITAS		
MIN PLANEJAMENTO	281,04	
EXERCITO	4.673,76	
MIN EDUCACÃO (MEC)	24,42	
MIN AGRICULTURA	3.187,30	
MIN FAZENDA	2.878,52	
MIN JUSTIÇA	48,60	
POLICIA FEDERAL	33,08	
MIN AERONÁUTICA	63,30	
MPAS/SAS	215,51	
MIN SAUDE	16.354,89	
MINISTÉRIO DO TRABALHO	1.936,13	
UFMT	311,43	
FUNAI	7.582,57	
MME	111,52	
D N P M	48,94	
FUNASA	8.800,64	
A N V S	58,20	
D N I T	711,85	
AGU	262,32	
IBAMA	1.161,75	
MIN COMUNICAÇÕES	756,35	
INCRA	8.402,86	
MIN TRANSPORTES	5.456,38	
INSS	1.069,83	
MIN MARINHA	202,00	
CONAB	4.567,93	
D P R F	98,56	
CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS	247,31	
INSTITUTO CHICO MENDES	47,28	
DRT	181,20	
SICOOB APLICAÇÃO	329,91	
CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO	163,41	70.268,79
( = ) Receita Líquida		70.268,79
( = ) Superávit Bruto		70.268,79
( - ) Despesas Operacionais		
DESPESAS TRABALHISTA		
SALÁRIOS	4.650,22	
FÉRIAS + 1/3	897,86	
INSS	1.655,42	
VALE TRANSPORTE	620,00	
ASSISTÊNCIA MÉDICA	459,20	
AJUDA ALIMENTAÇÃO	1.250,00	
PARCELAMENTO INSS	773,15	
ESTAGIÁRIA SETOR JURÍDICO	1.430,00	
AJUDA DE CUSTO PRESIDENTE	8.361,02	
AJUDA DE CUSTO DIRETORES	2.600,00	
GRATIFICAÇÃO COMMISSIONADA	1.400,00	
ANUÊNIO	116,34	24.706,53

### DESPESAS ADMINISTRATIVAS

TELEFONIA E TELECOMUNICAÇÕES	747,13	
ENERGIA ELÉTRICA	622,02	
ÁGUA E ESGOTO	40,87	
MANUTENÇÃO DE REDE ELÉTRICA	217,51	
MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	475,00	
LANCHES E REFEIÇÕES	504,18	
DESPESA C/ COMBUSTÍVEL	855,92	
MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	405,00	
DESPESA C/ ESTACIONAMENTO	12,00	
CORREIOS E POSTAGENS	319,00	
CÓPIAS E REPRODUÇÕES	203,00	
VIAGENS E ESTADIAS	21.159,33	
MANUTENÇÃO PROVEDOR INTERNET	260,69	
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	4.200,00	
CUSTAS PROCESSUAIS	752,53	
KENTEL PLUS ALARME	195,00	
CONDSEF	750,00	
MATERIAL DE LIMPEZA E CONSUMO	487,66	
MENSALIDADE COPIADORA	300,00	
CÓPIAS EXCESSO	167,70	
JORNAL O COMPROMISSO	300,00	
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	1.200,00	
AJUDA DE CUSTO	878,64	
SEGURO VEÍCULO	789,01	
CUT NACIONAL	1.765,50	
BISA SIST AUTOMAÇÃO LTDA	850,00	
DESPESAS MANUTENÇÃO	354,86	
REUNIÃO DE DIRETORIA	2.973,17	
PERÍCIAS MÉDICAS NOS ÓRGÃOS	50.000,00	
CONDSEF GESTÃO ANTERIOR	200,00	
MANUTENÇÃO EM GERAL	150,00	
CONDSEF INSCRIÇÕES	700,00	
SINDSEP MS	1.000,00	93.835,72
DESPESAS FINANCEIRAS		
TARIFAS DE MANUTENÇÃO DE CONTA	18,90	
TARIFAS BANCÁRIAS	124,00	
SAQUE CONTRA RECIBO	43,00	185,90
( = ) Superávit Operacional		- 48.459,36
( = ) DÉFICIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		- 48.459,36

MARIA DE JESUS DA SILVA  
CONTABILISTA  
C.R.C. : MT-009536-0-4 / C.P.F. : 766.765.601-00

CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA  
PRESIDENTE  
R.G. : 474000 SJ/MT / C.P.F. : 349.054.641-53

SIND. DOS SERV. PUBLICOS FEDERAIS DE MT (0xx65) 3023-9338

## EXPEDIENTE

### Boletim Informativo do SINDSEP-MT

Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho, nº 82, bairro Poção. CEP: 78 015-630, Cuiabá/MT

Telefones: (65) 3023 6617 / 3023 9338 - e-mail: sindsepmt@gmail.com

Jornalista Responsável: Hugo Fernandes DRT/MT 1663

Telefone (65) 8417-0670 e-mail: imprensa@sindsepmt.org.br

Diagramação/Edição de Arte: Mario Pulcherio Filho - 9214-8099

Fotos: Chico Venâncio

DIRETORIA EXECUTIVA: CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA - PRESIDENTE - FUNASA; ROOSEVEL MOTTA - VICE-PRESIDENTE - INCRA; DAMÁSIO DE SOUZA PEREIRA - 1º SEC GERAL - CGU; ADÉLIO DA SILVA JÚNIOR - 2º SEC GERAL - DSEI-XAVANTE; EDSON LUIS DOS SANTOS - 1º TESOUREIRO - GRA; GILDÁSIO FERREIRA GOMES - 2º TESOUREIRO - SRTE; JOSÉ LUIS DA SILVA - 1º SEC. DE ADM. - MAPA; FRANCISCO LOPES FILHO - 2º SEC. DE ADM. - SVS/ROO; IDIVALDO BERNARDES DE OLIVEIRA - 1º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD. - PRF; JOSENEICE AUX. TAVARES SIQUEIRA - 2º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD. - MAPA; ARY CÉZAR NERIS - 1º SEC. FORM. SIND - TRANS/ROO; ADEBAL CASTRO QUEIROZ - 2º SEC. FORM. SIND. - 9º BEC; IRACI OLIVEIRA FERREIRA - 1º SEC. INTERIOR - FUNAI; BENEDITO ASSIS DA SILVA - 2º SEC. INTERIOR - SVS/CÁCERES; MARINÉZIO SOARES DE MAGALHAES - 1º SEC. IMP. E COMUN. - GRA; ARCÍLIO DE BARROS FILHO - 2º SEC. IMP. E COMUN. - INCRA/CBÁ; IZABEL SANTANA DA SILVA - 1º SEC. APOS. E PENSION. - TRANS/CBÁ; ENILDO GOMES - 2º SEC. APOS. E PENSION. - FUNAI; JOÃO DE DEUS DA SILVA FILHO - 1º SEC. SAÚDE DO TRAB. - SVS/SINOP; IDIO NEMÉZIO DE BARROS - 2º SEC. SAÚDE DO TRAB. - SVS/SINOP; SELMO JACINTO DE OLIVEIRA - 1º SEC. ANIST. E DEDITIDOS - CONAB; JOACIRA SANTANA RODRIGUES DE ALMEIDA - 2º SEC. ANIST. E DEDITIDOS - CONAB; ELIETE DOMINGOS DA COSTA - 1º SEC. DE CULTURA - SRTE; HERONILDES FRANCISCO VIEIRA - 2º SEC. DE CULTURA - 9º BEC. SUPLENTE DE DIREÇÃO: DONATO FERREIRA DA SILVA - DSEI/CBÁ; SAMUEL FERNANDES DE SOUZA - SVS/ROO; LUIZ EDUARDO DE FREITAS BUENO - SVS/ERS/CBÁ; FRANCISCO ROBERTO DIAS NETO - INCRA; JOSÉ MARIA SILVA E ARRUDA - SVS/CBÁ; SEBASTIÃO PINTO DA SILVA - MIN. TRANSP. CÁCERES. CONSELHO FISCAL TUTELAR: JOÃO GALDINO DE SOUZA - ERS/CBÁ; JUAREZ JUSTINO DE BARROS - DSEI/CBÁ; MARIZE FRANCISCO DE ARRUDA - DNIT/CBÁ. SUPLENTE DE CONSELHO FISCAL: GEOVANO SANTOS MOREIRA - SVS/NORTELANDIA; MOACIR MÓDULO - SVS/TANGARA; ANTONIO SANTANA DO ESPIRITO SANTO - 9º BEC

## Ministra Maria do Rosário reconhece problema dos intoxicados da Funasa como questão humanitária

A Condsef e seus sindicatos filiados da região Amazônica, acompanhados da deputada federal Perpétua Almeida e do senador Petecão, ambos do Acre, foram recebidos nesta terça-feira pela ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário. O encontro abordou a situação de trabalhadores da Funasa que desenvolveram graves problemas de saúde no manuseio de inseticidas usados no combate a endemias. Só no estado do Pará mais de 90 trabalhadores faleceram em decorrência do problema. No Acre já são 59 as vítimas. A exposição a esses produtos se deu principalmente entre as décadas de 70 e 90. Ao longo de mais de 18 anos o uso de inseticidas aconteceu de forma inadequada, sem equipamentos de

proteção e sem informação dos riscos para os trabalhadores. Muitos, inclusive, dormiam e se alimentavam no mesmo lugar onde eram armazenados produtos tóxicos. Além de relatar fatos os trabalhadores apresentaram documentos sintetizando denúncias. Diante da exposição, a ministra reconheceu que esta é uma situação humanitária e, independente de comprovações científicas, as denúncias apresentadas ensejam violação aos direitos humanos.

A ministra assumiu uma série de compromissos para tentar auxiliar os trabalhadores a encontrar solução para esses problemas que têm afetado centenas de famílias. Maria do Rosário se comprometeu a participar de uma audiência com o Ministério da Saúde prevista para tratar o assunto.



Sua assessoria vai acompanhar projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional e que tratam de pensão vitalícia e indenização para os intoxicados e suas famílias, inclusive aqueles já falecidos. Seu ministério vai ainda reu-

nir toda documentação já protocolada junto ao governo sobre o tema, assumindo assim o problema como uma questão humanitária.

Maria do Rosário informou ainda que pretende promover articulação

entre ministérios para discutir esse assunto. A ministra assegurou que manterá as entidades sindicais informadas sobre as posições do governo e propostas para solucionar problemas ligados aos intoxicados. As entidades

reforçaram que é importante assegurar providências urgentes para resolver esse problema grave que tem matado muitos trabalhadores sem a devida assistência a saúde.

**Debate sobre saúde do trabalhador** – Nesta quarta-feira, 29, a Condsef participa de uma roda de conversa sobre saúde no trabalho, convocada pelo Ministério da Saúde. O debate vai contar com a participação do sociólogo francês, Pierre Trinquet, referência em ergologia. A mediação será feita pela estudiosa do tema Saúde e Trabalho e ex-consultora da Política Nacional de Humanização, Beth Barros. O debate acontece no auditório do Edifício Premium do Ministério da Saúde, em Brasília, às 14 horas. A entrada é franca.

Fonte: Condsef

## Planejamento apresenta previsão orçamentária para investimento público e prioridades do governo nesta sexta

A Condsef esteve no Ministério do Planejamento nesta terça-feira para uma série de reuniões. Em meio aos debates que dão seqüência às negociações em curso, a entidade buscou informações sobre quando o governo vai finalmente apresentar propostas formais para que os trabalhadores possam conhecer e tomar decisões a partir de dados concretos. O secretário de Relações do Trabalho, Duvanier Ferreira, reforçou que estão sendo feitos estudos sobre a situação das diversas carreiras da administração pública. Nesta sexta-feira, 15, está prevista a apresentação formal da previsão orçamentária de que o governo dispõe para investir em seus quadros funcionais.



Também na sexta o Planejamento deve finalmente divulgar quais são os setores que o governo pretende priorizar em 2012.

O Planejamento reafirmou que é uma decisão de

governo estender a tabela salarial da Lei 12.277/10 para servidores de nível superior do PGPE, CPST e carreiras correlatas. Para o nível intermediário, Duvanier informou que

ainda não há uma proposta fundamentada para apresentar. Ainda segundo o secretário de Relações do Trabalho, o Planejamento está promovendo estudos para apresentar

uma proposta formal a esses trabalhadores. Isso deve acontecer no próximo dia 26 quando está confirmada uma nova reunião com a Condsef.

**Assembleias reforçam mobilização** – Enquanto o Ministério do Planejamento não formaliza a apresentação de nenhuma proposta, entidades filiadas a Condsef em todo o Brasil realizam assembleias onde discutem o reforço da mobilização dos servidores. No início de agosto a Confederação promove mais uma plenária nacional que vai definir se uma greve será necessária para cobrar do governo o cumprimento de acordos e atendimento de demandas urgentes.

Os servidores da base da Condsef devem conti-

nuar atentos e reforçar a unidade em torno das demandas urgentes da categoria. A participação de todos os trabalhadores nas assembleias convocadas pelas entidades filiadas à Confederação nos estados se faz fundamental. “A partir dessas assembleias é que os rumos da luta em defesa dos interesses de nossa base serão votados”, reforça Josemilton Costa, secretário-geral da Condsef.

Aqui no site você acompanha as principais informações do processo de negociações com o governo. Participe das atividades de mobilização em seu estado. Participe da luta em defesa dos servidores e serviços públicos.

## Ministro da AGU convoca Condsef para falar de correção em problema com gratificação

O ministro da AGU (Advocacia-Geral da União), Luis Adams, convocou a Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) para uma reunião nesta terça-feira, 7. O objetivo foi

informar que o Ministério do Planejamento encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de lei (PL) que busca manter uma gratificação recebida por cerca de 670 servidores da AGU. A expectativa é de

que o PL seja aprovado ainda em julho evitando riscos de prejuízos a esses servidores. Adams se comprometeu a se esforçar para que o PL seja aprovado com urgência no Congresso. Em reuniões anteriores

a Condsef já havia solicitado o envio de um instrumento legislativo para resolver o problema. A Confederação aproveitou a oportunidade para cobrar maior empenho do ministro na aprovação do plano de

cargos dos administrativos da AGU.

Adams reafirmou seu compromisso em buscar atendimento também desta demanda da categoria. A expectativa é de que o plano seja aprovado tra-

zendo justiça aos administrativos da AGU. Continue acompanhando. Informações de interesse dos servidores da AGU e demais setores da base da Condsef seguem sendo divulgadas aqui em nossa página.

# Antes de apresentar proposta de política salarial, Planejamento diz que vai analisar distorções no setor público

O Ministério do Planejamento não apresentou proposta de política salarial para a administração pública na reunião do último dia 06 com representantes de mais de 30 entidades nacionais, entre elas a Condsef (foto). No lugar, o secretário de Relações do Trabalho, Duvanier Ferreira, informou que antes de falar sobre uma política com reajuste linear, o governo precisa fazer um balanço do que já foi concedido em termos de reajuste entre 2008 e 2010 a diversas categorias. A partir dessa análise, o governo poderia avaliar melhor o que propor para os trabalhadores do setor público. Outra explicação para a ausência de proposta vem das distorções existentes hoje na administração pública. Para que uma política salarial linear com ganhos reais a partir do PIB possa ser implantada, a Condsef defende a necessidade do governo de considerar e corrigir as distorções existentes. Com prazo técnico para encaminhar propostas ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto, o Planejamento confirmou nova reunião com as entidades para



o próximo dia 15. Veja a seguir o que mais foi debatido na reunião desta quarta.

Além das explicações para não apresentar proposta de política salarial para o setor público, o secretário de Relações do Trabalho apresentou dados do que significaria em termos numéricos o atendimento apenas das novas reivindicações apresentadas este ano ao Planejamento. Segundo Duvanier, só essas demandas necessitariam investimento de cerca de R\$ 19 bilhões para ser atendidas. O secretário informou ainda que para atender cerca de 70 acordos assinados com diversas entidades sindicais nos últimos três anos foram necessários investimentos da ordem

de R\$ 38 bilhões.

**Acordos firmados e ainda não cumpridos** – No cenário apresentado por Duvanier Ferreira não foram contabilizados os acordos firmados e ainda não cumpridos. Diversas entidades, como é o caso da Condsef, possuem memoriais assinados que garantiam a continuidade das negociações não concluídas durante o governo Lula.

Na próxima reunião a Condsef deve apresentar um estudo de sua subseção do Dieese com os valores que seriam necessários para atender as demandas que estão no memorial assinado com o Planejamento. A expectativa da Confederação é de que essas demandas - incluindo a exten-

são da Lei 12.277/10 para servidores de nível superior e concessão de reajuste similar aos níveis intermediário e auxiliar do PGPE, PCST e carreiras correlatas no Executivo - sejam asseguradas pelo governo.

**Oficinas para discutir projetos que estão no Congresso continuam** – O Planejamento informou ainda datas para continuar oficinas que discutem os projetos que tramitam no Congresso Nacional e afetam diretamente os servidores públicos. Sobre o PL 248/98, que prevê quebra de estabilidade e demissão por insuficiência de desempenho, Duvanier informou que já existe proposta que inclui sugestões de ajustes apresentadas por entidades sindicais. Nessas mudanças está incluída a capacitação e qualificação para aqueles que apresentarem avaliação insuficiente na administração pública. Na reunião do próximo dia 15 é possível que um termo de acordo sobre este projeto possa ser assinado entre entidades e governo.

No dia 21 de junho aconteceu oficina sobre o PL 1992/07, que trata da criação de uma Previdência Complementar

para o setor público. O Planejamento propôs a construção de um relatório com resumo dos debates, apontado as visões do governo e das entidades sindicais. A partir deste resumo um debate seria promovido junto a parlamentares para buscar um consenso entre as posições antagônicas de cada parte.

**Retirada dos projetos da pauta do Congresso** – As entidades esperavam que o projeto pudesse ser retirado da pauta do Congresso enquanto os debates estão sendo travados. Mas o Planejamento informou que não está nos planos do governo retirar nenhum projeto já encaminhado ao Congresso. As propostas podem até ser substituídas por outro projeto, mas nenhum, reforçou o Planejamento, será retirado da pauta do Congresso. Exemplo disso é o PL 1749/11, mais novo projeto encaminhado pelo governo ao Congresso.

Encaminhado em regime de urgência, o PL substituiu a proposta da MP 520/10 derrubada recentemente no Senado e que prevê a criação de uma empresa para administrar hospitais públicos. Uma oficina para debater este projeto foi confirma-

da para o dia 21 deste mês. E no dia 28 foi agendada oficina para debater o famigerado PLP 549/09 que propõe congelado de investimentos públicos pelos próximos dez anos.

**CDE e plenária nacional** – O resultado da reunião de hoje e o balanço das mobilizações que ocorreram ao longo desta semana estão na pauta de discussão do Conselho Deliberativo de Entidades (CDE) e da plenária nacional da Condsef. O CDE se reúne nesta quinta, 7. A plenária nacional será realizada nesta sexta, 8, e deve votar os rumos da luta da base da Condsef em defesa do cumprimento de acordos (memorial) e atendimento de reivindicações urgentes necessárias para assegurar a melhoria dos serviços prestados à população.

Para assegurar o cumprimento de demandas urgentes, a mobilização de todos os setores da base da Condsef se faz fundamental. Os servidores devem estar preparados para pressionar e lutar pelo avanço nas negociações em curso. Caso queiram ver acordos firmados atendidos e assegurar investimentos para 2012, os servidores devem agir imediatamente.

Fonte: Condsef.

## Relatório da Reunião do Conselho Deliberativo de Entidades – CDE.

**Data:** 07/07/2011

**Local:** Auditório Luiz Fernando A. Campis

**Pauta:** Informes, Avaliação da Conjuntura/Negociações, Calendário de Atividades, Avaliação de Desempenho da FUNAI, Assédio Moral no IPHAN, CONAB, Instituto Evandro Chagas, Ascensão Funcional, Protocolo do PL 248, Cartilha sobre os PLs e PECs.

### Avaliação da Conjuntura:

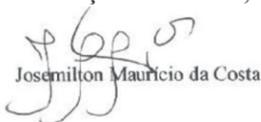
A posição dos representantes do CDE é que o Governo Dilma está implantando uma política equivocada, que vai na contra-mão dos interesses dos (as) Trabalhadores (as), com o corte de R\$ 52 bilhões, privatização dos aeroportos, chamar como consultores os empresários Gerdau e Abílio Diniz, é colocar a raposa para tomar conta do galinheiro. Além dos projetos e PECs que sucateiam os Órgãos e congela investimentos na Administração Pública. A conclusão é que o Governo Dilma até o presente momento está a Serviço da Classe dominante e contra a Classe Trabalhadora.

### Deliberações:

- Indicativo de Greve para 1ª quinzena de Agosto. Discutir com o Fórum de Entidades.
- Mobilizações com Atos e Assembléias nos Estados para discutir indicativo de greve.
- Reunião do CDE no dia 16/07/2011, para avaliar a reunião que irá acontecer no dia 15/07/2011 no MPOG.
- Atividades com acampamento (circo) na Esplanada nos dias 22, 23 e 24/08/2011.
- Atividade Política no Congresso no dia 23/08/2011.
- Plenária Nacional da CONDSEF no dia 24/08/2011 – (tarde).
- Participação da Marcha pela manhã no dia 24/08/2011.
- Na próxima Reunião do CDE (16/07/2011) definir data e local da Plenária Estatutária da CONDSEF.
- Solicitar Audiência com o Presidente da FUNAI para tratar da Avaliação de Desempenho.
- Sobre Assédio Moral no IPHAN, solicitar uma Audiência com o Presidente do IPHAN.
- Situação do Instituto Evandro Chagas, solicitar Audiência no Ministério da Saúde para tratar do caso. SINTSEP/PA encaminhará documento detalhando o problema.
- Sobre Ascensão Funcional, incluir no Rol de prioridades e solicitar ao Presidente da Câmara que coloque na pauta do dia para votação.
- A CONDSEF Assinará o Protocolo que trata da posição do Governo em relação ao PL 248.
- Sobre as Oficinas propostas pelo Governo para discutir os PLs 549, 1.749, a CONDSEF irá propor no Fórum de Entidades a suspensão destas oficinas e colocar a posição contrária aos respectivos PLs.
- Foi definido como prazo limite o dia 12/07/2011 para o Governo retornar com uma posição sobre a extensão da Lei 12.277 para os três níveis (NS, NI e NA).
- Elaborar uma nota crítica sobre a Indicação da Presidenta Dilma dos Empresários Gerdau e Abílio Diniz como seus conselheiros, como também sobre a possível liberação de dinheiro público através do BNDS na fusão do Carrefour e Pão de Açúcar e sobre as privatizações dos Aeroportos.
- Elaborar uma Cartilha didática sobre os PLs e PCs para ser distribuída na Categoria. Responsáveis pela Elaboração: (DIEESE, DIAP, Assessoria Jurídica e Imprensa).

Brasília, 11 de julho de 2011.

Saudações Sindicais,



Secretário Geral/CONDSEF

## Entidades sindicais combatem projeto que propõe previdência complementar para servidor público

Nesta terça-feira, 21, foi realizada uma oficina para debater o projeto de lei (PL) 1992/07 que propõe a criação de previdência complementar para servidores públicos civis da União e membros de Poder. O combate ao projeto é uma das bandeiras da Campanha Salarial Unificada dos servidores federais que reúne mais de 30 entidades nacionais, entre elas a Condsef. Expositores do Ministério do Planejamento e da Fazenda defenderam a proposta de iniciativa do Executivo. O déficit da previdência foi apontado como o principal argumento do governo para aprovação do PL 1992/07. A criação de uma fundação de direito privado para gerir recursos desta previdência complementar foi apontada como solução possível para o problema. O próprio governo admite que o projeto precisa de emendas. As entidades sindicais presentes reba-

teram o discurso do governo apresentando dados que mostram que o PL 1992 não resolve esse

suposto desequilíbrio. A segunda vice-presidente do Sindilegis, Luciene Pereira, que participou da oficina, escreveu artigo repercutindo o tema. Entre os problemas do PL 1992, indicados pela sindicalista, está a ausência de portabilidade nas contribuições previdenciárias. Como o projeto se aplica apenas à esfera federal um servidor que, por exemplo, migrar do serviço público estadual para a esfera federal poderá perder seus anos de contribuição anteriores, o que pode provocar graves distorções e prejuízos ao trabalhador público. O diretor-presidente da Anfp, Floriano Martins, acrescentou que outro aspecto negativo do projeto é que ele não garante aposentadoria vitalícia.

Para reforçar a luta contra o PL 1992 o Sindilegis criou uma Petição on line (<http://www.sindilegis.org.br/peticao.asp?id=9>) que recolhe assinaturas que podem ao Congresso Nacional derrubada da proposta do Executivo.